



**APROVADA**

**ATA DO PLENO EXTRAORDINÁRIO DO DIA 12 DE MAIO DE 2020**

1  
2  
3  
4  
5 No décimo segundo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às nove horas, é declarado  
6 aberto por existência de quórum, o Pleno Extraordinário do Conselho Municipal de Defesa e  
7 Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife - COMDICA, via  
8 videoconferência, respeitando o distanciamento social provocado pela pandemia do  
9 Coronavírus/Covid-19, a vice-presidente e conselheira Ana Maria de Farias Lira coloca para  
10 deliberação os seguintes temas em pauta: **APRESENTAÇÃO DO MANUAL DE**  
11 **IDENTIDADE VISUAL DO COMDICA PARA APROVAÇÃO; DEMANDAS DAS**  
12 **COMISSÕES SOCIOPEDAGÓGICA e JURÍDICA - RELATÓRIOS DAS CASAS DE**  
13 **ACOLHIMENTO GOVERNAMENTAIS e EDITAL DAS CASAS DE**  
14 **ACOLHIMENTO; DEMANDAS DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E,**  
15 **AINDA, INFORMES GERAIS; Participaram do pleno na condição de conselheiras(os):**  
16 *Ana Maria de Farias Lira (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre*  
17 *Drogas e Direitos Humanos - SDSJPSDDH); Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha*  
18 *(Gabinete do Prefeito); Andréa Ricardo de Castro (Secretaria de Educação); Núbia Carla de*  
19 *Azevedo Mesquita (Associação para a Restauração do Homem); Paulo Germano de Frias*  
20 *(Secretaria de Saúde); Hemi Monique Vilas Boas de Andrade (CIEE - Centro de Integração*  
21 *Empresa Escola de Pernambuco); Natuch Pinto de Lira (Cendhec); Vesta Pires Magalhães*  
22 *Filha e Andréa Maia Guerra Coimbra Carvalho (Procuradoria Geral do Município); Evandro*  
23 *Alves de Freitas e Géssica Dias Lins de Oliveira (Instituto Solidare); Barbara Elias de Sousa*  
24 *Cabral (Escola Dom Bosco-Inspeção Salesiano) e, ainda, os técnicos do COMDICA:*  
25 *Anderson Ferreira, Ieda Accioly, Aurely Macedo e Roberta Sartori (Sociopedagógico); Carlos*  
26 *Silva, (Financeiro); Angélica Araújo e Luiz Eduardo Júnior (Comunicação) e, por fim, a*  
27 *secretária executiva, Simone Melo. A vice-presidente inicia a reunião informando a ordem do*  
28 *dia e coloca para deliberação a ata do pleno extraordinário do dia 14 de abril de 2020. A vice-*  
29 *presidente questiona se todos fizeram a leitura da ata. A resposta do pleno é positiva. A vice-*  
30 *pergunta se o documento pode ser aprovado. **A resposta do pleno é positiva e a ata do dia 14***  
31 ***de abril de 2020 é aprovada por unanimidade.** Dando continuidade ao pleno, a vice-*  
32 *presidente segue a pauta e solicita a apresentação do Manual de Identidade Visual do*  
33 *COMDICA. A técnica Angélica coloca que o manual é um documento em forma de catálogo*  
34 *que apresenta as diretrizes e os padrões essenciais para a utilização da marca COMDICA. Ela*  
35 *informa que o objetivo é preservar as propriedades visuais da marca e facilitar a divulgação,*  
36 *identificação e aplicação da marca. A mesma diz que as regras estabelecidas orientam também*  
37 *o uso da marca do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMCA para projetos*  
38 *viabilizados pelos mecanismos de financiamento direto e incentivo fiscal. Sendo assim,*  
39 *Angélica apresenta o catálogo (em anexo) com todas as normas e padrões de usos*  
40 *estabelecidos. A técnica apresenta também a logomarca símbolo do FMCA (em anexo) para*  
41 *aprovação junto ao manual. O conselheiro Evandro parabeniza a técnica pela construção do*  
42 *documento e solicita esclarecimentos sobre a marca. Segundo o conselheiro, como na maioria*  
43 *dos municípios brasileiros o nome de fantasia do Conselho Municipal de Direitos da Criança e*  
44 *do Adolescente é COMDICA, como diferenciar as marcas. Angélica explica que a marca*  
45 *principal tem o nome completo do COMDICA, por extenso, com símbolos e fontes que*  
46 *remetem ao conselho do Recife. A marca principal é utilizada, diretamente, em todos os*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

47 materiais de divulgação institucional, diz a técnica. A conselheira Auxiliadora (Dora) pergunta  
48 se a marca não tem o nome do Recife. Angélica explica que a marca principal, sim, tem o  
49 nome da capital de Pernambuco, e que as marcas secundárias são mais simples e só usam o  
50 nome de fantasia, nas posições vertical e horizontal, com símbolos e fontes que remetem ao  
51 conselho do Recife. A vice-presidente pergunta se algum membro do colegiado tem mais  
52 alguma dúvida. A resposta é negativa. **Em regime de votação, a vice-presidente pergunta ao**  
53 **colegiado sobre a aprovação do Manual de Identidade Visual do COMDICA. O colegiado**  
54 **acena positivamente e o manual é aprovado por unanimidade.** O pleno segue com a  
55 apresentação das solicitações de registros das casas de acolhimento institucional Acolher e  
56 Novos Rumos. A técnica Roberta informa que a faixa etária atendida na Casa de Acolhimento  
57 Institucional Acolher é de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, vítimas de violência  
58 doméstica, com deficiência física de grau leve ou moderado e com vínculos familiares  
59 fragilizados ou rompidos. Roberta diz que a casa é o antigo Lar Rejane Marques que se  
60 encontra no processo de municipalização e que, para isso, o COMDICA precisa suspender o  
61 registro do Lar durante 180 dias, enquanto da conclusão do processo e conforme Resolução  
62 COMDICA nº 001/2016. A técnica explica que a suspensão é por conta de dívidas em nome do  
63 antigo Lar e também referente ao CNPJ. A técnica diz que, em virtude do processo, é  
64 necessário que a casa tenha um acompanhamento periódico do COMDICA. Para tanto são duas  
65 as recomendações técnicas: suspensão de registro do LAR REJANE MARQUES, por 180 dias,  
66 e inscrição da Casa de Acolhimento Institucional ACOLHER, executada pela SDSJPDDH  
67 através da Gerência da Alta Complexidade, por atender as prerrogativas da Resolução  
68 COMDICA nº001/2016, que visa sobre as normativas para inscrição de programas e serviços  
69 governamentais. O parecer da Comissão Sociopedagógica é pela inscrição da casa, sem  
70 ressalvas. **Em regime de votação, o colegiado aprova, por unanimidade, a inscrição da**  
71 **Casa de Acolhimento Institucional ACOLHER, localizada na RPA 02.** A segunda casa  
72 para deliberação do colegiado é a Casa de Acolhimento Institucional Novos Rumos. A técnica  
73 Aurely informa que a casa atende adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 18  
74 anos incompletos, em situação de rua e com uso ou não de drogas. Aurely coloca que, até o  
75 final de abril, a casa estava com três acolhidos, mas que tem capacidade para até vinte  
76 adolescentes e, pelo perfil da casa, existe muita rotatividade. A mesma diz que na casa não  
77 houve visita técnica diante da suspensão das atividades externas, porém ocorreu o contato  
78 direto com as coordenadoras. Para a construção do parecer, a técnica informa que a  
79 coordenação encaminhou fotos e o máximo de informações foram coletadas por e-mail e por  
80 telefone. A estrutura da Novos Rumos é antiga, mas é ampla, arejada, com boa iluminação e  
81 está com a manutenção em dia, diz Aurely. A técnica chama a atenção para a necessidade de  
82 melhoria nas atividades lúdicas e compra de livros. Por fim, Aurely indica a necessidade de  
83 visitas técnicas periódicas com o fim da pandemia para todas as casas de acolhimento  
84 institucional. O parecer técnico é pela inscrição da Casa de Acolhimento Institucional NOVOS  
85 RUMOS, executada pela SDSJPDDH através da Gerência da Alta Complexidade, por atender  
86 as prerrogativas da Resolução COMDICA nº001/2016, que visa sobre as normativas para  
87 inscrição de programas e serviços governamentais. O parecer da Comissão Sociopedagógica é  
88 pela inscrição da casa, sem ressalvas. **Em regime de votação, o colegiado aprova a inscrição**  
89 **da Casa de Acolhimento Institucional NOVOS RUMOS, localizada na RPA 03.** A pauta  
90 segue com as demandas das Comissões de Monitoramento e Gestora da Parceria do FMCA. A  
91 conselheira e gestora da parceria, Andréa Castro, informa que no último dia 05, foram  
92 discutidos, com a equipe técnica, secretária executiva e presidente, o calendário e a logística de



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

93 fechamento do edital FMCA 2019. Andréa coloca que, em 31 de maio, se encerra o convênio  
94 e, em junho, será a entrega do relatório de impacto e a prestação de contas. Ela comunica que a  
95 entrega do relatório final será feita em dois momentos: a primeira é de forma digitalizada e por  
96 e-mail e, a segunda, é de forma física. No COMDICA acontece a entrega da documentação de  
97 forma física, realizada na portaria e com protocolo de entrega, diz a mesma. A mesma afirma  
98 que a portaria não realiza a conferência da documentação. A OSC deve encaminhar o envelope  
99 lacrado, com nome da instituição e o setor de destinação (Sociopedagógico ou Financeiro), diz  
100 Andréa. As orientações serão repassadas a todas instituições. Ela diz ainda que o desafio é que  
101 a documentação chegue, o mais rápido possível, para todos os técnicos, a partir do dia 26 de  
102 junho, e a análise seja feita com sucesso. Para isso, de 22 a 30 de junho, todas as instituições  
103 devem entregar os relatórios de impacto e de prestação de contas para serem analisados, orienta  
104 a mesma. Andréa afirma que, em julho, as equipes técnicas devem fazer o relatório de  
105 fechamento do edital que será submetido à Comissão de Monitoramento. O Relatório de  
106 Impacto Pedagógico segue para a Comissão de Monitoramento e o Relatório de Prestação de  
107 Contas para a gestora da parceria, coloca Andréa. Após análise dos relatórios, em agosto, ela  
108 conclui o Relatório Final para deliberação em pleno. A conselheira Auxiliadora (Dora) solicita  
109 participação na reunião do FMCA junto com todo setor Financeiro, na condição de tesoureira,  
110 para ficar ciente das decisões e ser ouvida. A conselheira reafirma que deve ser chamada em  
111 todas as reuniões que houver rebatimento financeiro. Andréa diz que é imprescindível a  
112 participação de Dora durante o fechamento da prestação de contas. A título de esclarecimentos,  
113 a executiva Simone coloca que quem deve prestar contas são as entidades. Ela acrescenta que  
114 já foi realizado o último repasse financeiro e que a técnica Simone Maria não faz parte da  
115 prestação de contas dos projetos cofinanciados pelo FMCA. Com relação a questão do ofício  
116 (em anexo) encaminhado ao MP, Andréa Castro afirma que foram dadas respostas referentes  
117 aos funcionamentos das instituições, repasses da terceira parcela dos recursos, calendário do  
118 FMCA e ampliação de prazo para o fechamento do edital do FMCA. Com relação a devolução  
119 de recursos por parte das instituições, a resposta será dada ao MP após o cumprimento de todo  
120 calendário e análise dos relatórios, diz a mesma. Ela considera que foi uma força tarefa das  
121 técnicas Aurely e Roberta para emitir as respostas. A meta é que, na quinzena de agosto, o  
122 relatório final seja fechado para deliberação no pleno e, assim, o colegiado possa pensar,  
123 futuramente, num novo edital, afirma ela. O conselheiro Itamar pergunta se existe problema  
124 com alguma instituição. Andréa afirma que algumas instituições solicitaram uma mudança da  
125 rubrica. Andréa diz que as rubricas de aquisição de alimentação e de higienização foram  
126 deferidas para a compra de cestas básicas e kits de limpeza, mas as outras rubricas foram  
127 indeferidas por descaracterizar o plano de trabalho. Ela lembra que o plano de trabalho é um  
128 documento onde tem informações de como será gasto os recursos do FMCA, que está  
129 publicado no endereço eletrônico do COMDICA para consulta e que fica de posse do MP. A  
130 mesma reafirma que os recursos do FMCA são carimbados e as rubricas já são destinadas.  
131 Andréa lembra que os recursos são verbas públicas. O conselheiro Natuch pergunta sobre o  
132 comunicado as instituições com relação aos indeferimentos. Andréa afirma que as respostas  
133 estão sendo encaminhadas por e-mail, mas que, na dúvida, prefere consultar o plano de  
134 trabalho e checar a prestação de contas na planilha para depois responder. A pauta segue com  
135 as demandas das Comissões Jurídica e Sociopedagógica. Com relação ao uso dos recursos de  
136 captação do Uber e Facebook para cofinanciamentos durante a pandemia, Andréa diz que a  
137 discussão teve início pelo conselheiro Evandro e se consolidou. Ela coloca que durante o  
138 debate das comissões houve o amadurecimento do processo e o grupo achou importante



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

139 fornecer os instrumentais para planejamento das instituições. A mesma diz que os  
140 instrumentais têm diversos olhares, mas que ainda é necessário fazer algumas modificações,  
141 como a retirada do item de vitaminas. A conselheira afirma que podem ser inseridos itens de  
142 primeiros socorros. Andréa coloca que o edital está pronto, mas que é preciso fechar o  
143 cronograma e os nomes dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação para  
144 publicação no dia 14 de maio. Na ocasião, Andréa sugere a participação de outro conselheiro  
145 para a gestão da parceria do convênio das casas de acolhimento já que se encontra com outras  
146 tarefas. A executiva Simone esclarece que quem deve gerir a parceria, segundo as regras do  
147 MROSC, é alguém da casa, do serviço público. Ela diz ainda que o Termo de Colaboração  
148 precisa ficar de acordo com o edital e, para isso, é necessário que o documento seja revisto pela  
149 Comissão Jurídica. Simone acrescenta ainda que os itens 5, 8, 11, 13, 14 e 15 precisam ser  
150 alterados no Termo de Colaboração antes da publicação. Apesar de ter concordado  
151 anteriormente com o documento, a conselheira Hemi acha que é possível resumir um pouco  
152 mais o edital e os instrumentais. Ela acrescenta que o instrumento é de urgência para a Covid.  
153 A conselheira Núbia fala que, dada a emergência, o edital está muito focado nos moldes que o  
154 COMDICA já realiza. Ela afirma que desconfigura a situação emergencial, inclusive para as  
155 próprias OSC's elaborarem e que é preciso repensar o edital. A gestora Andréa afirma que não  
156 conseguiu participar da reunião de ontem, dia 11, mas que encaminhou para a Comissão  
157 Sociopedagógica e demais conselheiros um modelo de plano de contingência mais enxuto  
158 diante da realidade. Ela coloca que já havia falado sobre a não utilização do instrumental do  
159 FMCA devido ao número de páginas e extensão do documento, porém a comissão validou  
160 assim mesmo o instrumental já existente. O conselheiro Evandro diz que estamos numa  
161 situação de calamidade pública e que requer do colegiado a urgência nos processos. Não  
162 estamos fazendo uma seleção de projetos, diz Evandro. Como criar instrumentos de acessos  
163 aos recursos, em tempos de calamidades, facilitando os processos, pergunta o conselheiro. Ele  
164 diz que quando olha para as casas governamentais sabe que a secretaria pode designar um  
165 técnico para elaboração de projetos, mas as casas não-governamentais é diferente. Ele pergunta  
166 como criar um equilíbrio em tão pouco tempo disponível. É preciso facilitar o processo, afirma  
167 o mesmo. A conselheira Gêssica ratifica a posição de que não é necessário fazer um novo  
168 instrumental e que muito já foi eliminado do documento do FMCA. A conselheira afirma ainda  
169 que das seis páginas da proposta, três é de identificação da instituição. Em relação as demais  
170 questões, ela afirma que a instituição já tem no fluxo de sua construção de proposta, objetivos  
171 geral e específicos, metodologia e público atendido. A conselheira diz acreditar que a comissão  
172 não excedeu em exigências absurdas e que há uma meta a alcançar, apesar do pouco prazo e do  
173 recurso curto. A vice-presidente afirma que o COMDICA tem a necessidade legal de  
174 contextualizar todos os processos por conta do avaliador externo que confere a prestação de  
175 contas do órgão, a exemplo do Tribunal de Contas. O conselheiro Evandro registra que não  
176 está desconsiderando o instrumental para fazer o controle, mas pede para suprimir alguns itens  
177 que não sejam de informações básicas. A conselheira Hemi afirma que o edital está  
178 fundamentado no já existente do FMCA. No contexto da emergência, a conselheira diz que o  
179 edital poderia ser mais resumido, mas entende o argumento colocado por Ana Farias. O  
180 conselheiro Natuch acha que é necessário fazer pequenos ajustes no documento, mas pede que  
181 todos avaliem. A vice-presidente encaminha a sugestão de Natuch. Dito isso, a executiva  
182 Simone Melo afirma que os valores doados foram os seguintes: Uber – R\$ 150 mil (segue na  
183 aplicação) e Facebook – R\$ 161,036 mil (segue na aplicação). Simone lembra que é preciso  
184 retirar 25% do FMCA. O conselheiro Natuch afirma que, apesar da doação, o COMDICA está



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

185 tratando os recursos de uma forma geral e não é necessário fazer a dedução dos 25%. Ele  
186 lembra que o órgão não está apoiando projetos da secretaria. A executiva Simone coloca que as  
187 empresas doaram, mas que não foram realizadas as atividades para as quais os recursos foram  
188 destinados. Simone registra que os recursos do Uber e do Facebook serão destinados as casas  
189 de acolhimento governamentais e não-governamentais para plano de contingência da Covid-19,  
190 divididas em partes iguais. A gestora Andréa Castro afirma que o valor exato para cada casa de  
191 acolhimento precisa estar registrado no edital. A vice-presidente pergunta ao colegiado se  
192 existe acordo sobre a questão colocada pelo conselheiro Natuch no que tange os 25%. A  
193 conselheira Dora acredita que as entidades públicas que receberão o financiamento devem  
194 repassar a porcentagem de 25% já que os recursos devem entrar no erário público. Ela acha que  
195 não há permissão para o recebimento direto. É preciso fazer uma consulta sobre o assunto na  
196 secretaria, diz a conselheira. A executiva Simone diz que o valor é repassado para a secretaria e  
197 a mesma destina para as casas de acolhimento. Ela lembra que registradas no COMDICA  
198 existem dezesseis casas de acolhimento: cinco da sociedade civil, três das Aldeias Infantis,  
199 cinco casas municipais e três estaduais. A vice-presidente afirma que não há uma obrigação de  
200 financiar casas do Estado, quando, na verdade, é o Estado que deveria financiar o município.  
201 Para a vice, o financiamento deve ser direcionado para as entidades mantidas pelo município e  
202 as OSC's. A conselheira Dora acredita que é importante incluir a informação no documento  
203 norteador. O colegiado registra que apenas as casas de acolhimento do município,  
204 governamentais e não-governamentais, serão financiadas. A gestora Andréa lembra que é  
205 preciso retirar os nomes dos conselheiros que devem compor a Comissão de Monitoramento e  
206 Avaliação. Andréa esclarece que os membros serão um representante de cada comissão, dentro  
207 das suas representações, para receber, avaliar e dar anuência aos projetos. O conselheiro  
208 Natuch diz ter feito algumas considerações no edital sobre a Comissão de Monitoramento e  
209 Avaliação em virtude da participação dos avaliadores externos. Simone esclarece que, no  
210 momento, o COMDICA não está pagando pessoa física. **Dito isso, passam a integrar a**  
211 **Comissão de Monitoramento e Avaliação as conselheiras Andréa Castro (GOV), Géssica**  
212 **Dias (SC), Núbia Mesquita (SC) e Vesta Pires (GOV) e, ainda, a tesoureira Auxiliadora**  
213 **Pires e o presidente Armindo Pessoa. A gestora da parceria será Andréa Castro. A**  
214 conselheira Andréa afirma que a avaliação será realizada por duas conselheiras e a média de  
215 cada projeto será ponderada. Retomando a pauta, a vice-presidente pergunta se é possível fazer  
216 a análise do edital e avaliar a questão levantada pelo conselheiro Natuch sobre a dedução dos  
217 25%. Ela acredita que deve haver dedução no FMCA. O conselheiro Evandro diz que os  
218 recursos do Facebook e do Uber entraram antes da resolução de captação. Evandro afirma que,  
219 assim, poderá ser utilizado na sua integralidade. **Em regime de votação, o colegiado aprova e**  
220 **as doações do Uber e Facebook devem ser utilizados no edital das casas de acolhimento**  
221 **em sua totalidade, o que corresponde ao valor atualizado de R\$ 327,672 mil. O valor total**  
222 **dividido pelo quantitativo de casas de acolhimento aptas a receber o cofinanciamento é de**  
223 **R\$ 25 mil.** A conselheira Andréa alerta que o valor de R\$ 25 mil destinado a cada casa deve  
224 constar no documento norteador. O conselheiro Natuch chama atenção no edital para a rubrica  
225 de despesas com recursos humanos. O conselheiro acredita que para algumas instituições é  
226 necessário manter algum educador. É preciso observar a realidade das instituições não  
227 governamentais, diz o conselheiro. Ele coloca que na entidade governamental já existe a  
228 contratação, mas a OSC talvez precise contratar. A conselheira Hemi pergunta se pode haver a  
229 flexibilidade. A conselheira Vesta também tem dúvidas na utilização dos recursos. A vice-  
230 presidente afirma que se a entidade já tem um profissional remunerado não precisa fazer a



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

231 contratação, mas se não dispõe do profissional, o COMDICA poderá disponibilizar um  
232 percentual, na faixa de 30%, para utilização com pessoal. A conselheira Andréa diz que o plano  
233 de ação é específico para a pandemia e destinado a aquisição de cestas básicas e materiais de  
234 limpeza e proteção. Já existe pessoal contratado nas casas e não precisa da contratação de mais  
235 pessoas, diz a mesma. Ela acrescenta que o valor é pouco para a contratação de funcionários  
236 por conta dos encargos trabalhistas. O conselheiro Natuch diz que as casas de acolhimento da  
237 sociedade civil dependem de financiamento e precisa pagar funcionários. A conselheira Vesta  
238 afirma que a questão é a finalidade do projeto que não abarca a rubrica. Do ponto de vista  
239 Jurídico, o conselho precisa tomar ciência da finalidade do projeto, diz Vesta. A conselheira  
240 Hemi justifica que nas casas existem alguns oficinairos contratados para o serviço mediante a  
241 parceria com o projeto. A conselheira Andréa coloca que não acontecerá atividades com as  
242 crianças e adolescentes e que é necessário suprimir dos instrumentais. Após ouvir as  
243 conselheiras Andréa e Vesta, a vice-presidente retira a sua proposta de disponibilizar um  
244 percentual para utilização com pessoal. A conselheira Hemi diz concordar com a vice e que é  
245 preciso fazer uma adaptação nos instrumentais. Hemi afirma que as casas devem indicar no  
246 plano de trabalho onde estão precisando de mais recursos. A conselheira Núbia coloca que o  
247 instrumental precisa ficar focado na pandemia e que o COMDICA deve indicar de que forma  
248 utilizar os recursos. A conselheira Andréa sugere o encaminhamento, por e-mail, de sugestões  
249 para atualização dos instrumentais. O conselheiro Evandro acha que o foco do edital são  
250 aquisições para a área de segurança alimentar e prevenção ao contágio. Evandro diz que falta  
251 acrescentar nos instrumentais os protocolos de segurança para a realização das doações (equipe  
252 técnica e beneficiários). Simone explica que a intensão do pleno de hoje era apresentar, aprovar  
253 e, no dia 14, fazer a publicação em Diário Oficial, mas diante das demandas é melhor trabalhar  
254 o documento em comissão. A vice-presidente solicita seguir a pauta com as demandas da  
255 Comissão de Políticas Públicas. A técnica Aurely informa que a comissão se reuniu no dia 05  
256 de maio, que participaram da reunião a Gerente de Proteção Social de Média Complexidade,  
257 Valéria Monteiro, e a Chefe de Divisão da Proteção Especial de Alta Complexidade, Andréa  
258 Galdino, e que aconteceram algumas deliberações importantes. A pauta predominante da  
259 reunião foi a provocação do Ministério Público (Recomendação Conjunta Nº 002/2020 – MP –  
260 item 1.1 - anexo), afirma a técnica. Aurely informa que Valéria iniciou a explanação colocando  
261 o número de famílias em situação de rua por RPA: RPA 1 – 184, RPA 2 – 17, RPA 3- 65, RPA  
262 4- 22, RPA 5- 32, RPA 6 -55, destas, neste momento, 45 pessoas (entre crianças e  
263 adolescentes) dormem nas ruas. Ela diz que o primeiro encaminhamento foi com relação ao  
264 cruzamento de dados entre o Serviço de Abordagem Social e os acompanhamentos pontuais  
265 feitos pelas organizações sociais Grupo Ruas e Praças e O Pequeno Nazareno. A técnica afirma  
266 que a gerente Valéria encaminhou uma tabela para preenchimento e que foi socializada com as  
267 organizações, mas que não sabe como anda a demanda. A mesma diz ainda que Valéria  
268 colocou também a possibilidade de cadastro no Restaurante Popular de todas as famílias  
269 identificadas pelas organizações sociais que estão em situação de rua para suprir as  
270 necessidades vindas da insegurança alimentar. A técnica coloca ainda que a gerente informou  
271 que é possível a distribuição de kits de higiene pessoal e limpeza. Ela diz que Itamar e Dora  
272 colocaram a necessidade de ampliação do quadro de educadores sociais do SEAS/PAEFI para  
273 acompanhamento as crianças e adolescentes em situação de rua. Aurely informa que Valéria  
274 contrapõe e defende a proposta de uma ampliação do quadro do PAEFI (CREAS), para  
275 intensificar os acompanhamentos das famílias. A técnica afirma ainda que, a partir do que foi  
276 recomendado pelo MP, o conselheiro Paulo elencou quatro propostas: diagnóstico e levantar



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

277 quais as ações estão sendo desenvolvidas; as ações realizadas em articulação poder público e  
278 OSC's; como fazer o processo de comunicação de risco com esta população e, por fim,  
279 identificar a sobreposição de ações. Com relação à segurança alimentar, a técnica informa que  
280 o conselheiro Paulo aponta para uma articulação com as OSC's para que as marmitas/almoços  
281 não sobrem e possam chegar as comunidades. Com relação à higienização, a proposta é para  
282 frentes mais estruturadas de entrega de kits e EPI's, diz a técnica. Com relação aos grupos  
283 étnicos (refugiados), o presidente Armindo colocou da sua preocupação e a vigilância do SEAS  
284 informou de uma forma pontuada as ações realizadas e que pode ser consultado em ata. Outro  
285 ponto de destaque, aponta Aurely, foi a questão do cadastro para o Auxílio Emergencial já que  
286 muitas famílias não têm documentação e estão desassistidas. Um outro ponto bem marcante da  
287 reunião, diz ela, foi a questão da distribuição de cestas básicas para 151 famílias que não foram  
288 alcançadas por questão de cadastro. Aurely diz que a gerente Valéria colocou que é um  
289 comprometimento da secretária Ana Rita Suassuna de viabilizar uma forma para garantir cestas  
290 básicas para as famílias citadas. Aurely afirma que Valéria disse da criação do Centro Popinho,  
291 numa perspectiva futura de discussão capitaneada pelo COMDICA. Por fim, a técnica diz que  
292 Itamar, Andréa Galdino e Dora colocaram a questão da ausência do conselho tutelar no  
293 momento de pandemia. Aurely aponta ainda que o conselheiro Natuch publicou nos grupos do  
294 COMDICA algumas denúncias com relação a atuação do conselho tutelar e as violações de  
295 direitos de crianças e adolescentes. Para maiores detalhes da reunião, Aurely informa que a  
296 técnica Angélica está disponibilizando as atas das reuniões das comissões no endereço  
297 eletrônico do COMDICA. O conselheiro Paulo diz que Aurely fez um bom resumo e que a ata  
298 foi detalhada. Ele coloca que a reunião foi importante e os conselheiros puderam conhecer o  
299 trabalho realizado pela Alta e Média Complexidade na questão da abordagem social. O  
300 conselheiro lembra que a quantidade de ações desenvolvidas para atender as demandas é  
301 grande. Paulo informa que as ações foram topificadas, ponto a ponto, a partir da segurança  
302 alimentar. Ele chama a atenção do problema de logística no refeitório popular para a garantia  
303 de alimento de um conjunto de pessoas e para que não haja sobras. Paulo diz que algumas  
304 organizações podem ser o elo de distribuição no âmbito mais comunitário para resolver a  
305 questão. A ideia é a utilização de vans para a entrega dos alimentos prontos nas OSC's para  
306 distribuição nas comunidades, recomenda o mesmo. Paulo coloca que o segundo ponto forte é  
307 a dificuldade de higienização. Ele considera que a população de rua tem dificuldade de aderir a  
308 determinadas práticas. O conselheiro coloca ainda que uma questão que não foi falada na  
309 reunião foi sobre a documentação das pessoas em situação de rua. Paulo diz que as ações  
310 poderiam ser implementadas no sentido de garantir CPF em virtude do auxílio emergencial ser  
311 dependente, integralmente, de documentos. A secretaria fez uma ação interessante de pegar as  
312 pessoas que não foram beneficiadas pelo Bolsa Família para ter acesso a cesta básica, diz o  
313 mesmo. Paulo lembra ainda da ação realizada de providenciar habitação para os grupos étnicos.  
314 O conselheiro considera, para efeito de respostas ao MP, a necessidade do diagnóstico  
315 associado as ações que já haviam sendo realizadas. Por fim, ele pondera que uma outra  
316 preocupação grande manifestada pelo representante do Ruas e Praças, Tonho das Olindas,  
317 quanto pela representante do Pequeno Nazareno, Rose, é a questão de como fazer a  
318 comunicação com a população que tem a adesão mais difícil as medidas de prevenção. Paulo  
319 pergunta como é que nossos processos de comunicação devem chegar à população. Ele relata  
320 que o conselheiro Itamar considerou a utilização de educadores populares para fortalecer a  
321 comunicação e a gestora Valéria falou que, neste momento, era muito mais importante  
322 fortalecer a equipe do PAEF que é formada por apenas sete profissionais capacitados para a



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

323 abordagem com crianças e adolescentes. O conselheiro Itamar afirma que a partir da discussão  
324 que foi realizada, a comissão conseguiu pensar um pouco mais a questão e tentar agregar a  
325 sociedade civil que atua diretamente com o público de rua e em situação de vulnerabilidade  
326 social. Itamar diz que é muito complexo garantir as crianças e adolescentes um atendimento  
327 mínimo na rua, já que a rua hoje é um espaço de contaminação e propagação do vírus. O  
328 conselheiro acha importante ampliar o quadro de profissionais da educação de rua, do ponto de  
329 vista das equipes de abordagem e PAEF, para atenuar o número de crianças e adolescentes na  
330 rua, seja no período de pandemia ou não, pois a rua não é um espaço de proteção. Ele chama a  
331 atenção que crianças e adolescentes que têm uma vivência de rua passam boa parte do tempo  
332 na rua, mas que voltam para casa e tem um trânsito com a sua comunidade. O encaminhamento  
333 da comissão foi pelo cruzamento de dados para que a prefeitura municipal possa chegar no  
334 público infantojuvenil, identificar os locais de vivência e fazer um trabalho mais efetivo,  
335 afirma o conselheiro. O mesmo coloca que quanto a discussão do Centro Popinho, a comissão  
336 acredita que é melhor ficar para uma outra oportunidade já que é uma reivindicação muito  
337 antiga e precisa ser amadurecida por conta da complexidade. A conselheira Dora considera  
338 algumas preocupações. A primeira é com relação ao tipo de cesta básica recebida pelas  
339 famílias que vivem na rua já que as pessoas nesta condição não têm como cozinhar, diz ela. A  
340 segunda questão é da higienização da população de rua e da desestruturação da exposição  
341 diante da pandemia. O terceiro item é saber sobre o acesso de toda a população citada ao  
342 refeitório popular que está localizado na RPA 01 e como está sendo administrado a sobra de  
343 alimentos, diz a conselheira. A partir da fala do conselheiro Paulo sobre como os processos de  
344 comunicação devem chegar à população mais vulnerável, a técnica Angélica lembra o quanto é  
345 importante fazer uma comunicação para dentro da comunidade, mais popular. Ela coloca que o  
346 trabalho com rádios comunitárias e carros de som são fundamentais no momento em que  
347 estamos enfrentando uma pandemia. Comunicar de uma forma simples e direta para um  
348 público que, algumas vezes, é analfabeto funcional ou tem limitações para interpretar textos é  
349 fundamental, diz a mesma. Ela lembra que comunicar por aplicativos é uma realidade das  
350 classes média e alta e que pessoas que vivem em comunidades não tem acesso à Internet já que  
351 é um serviço caro e ruim nas comunidades. O conselheiro Itamar informa que o último  
352 levantamento da prefeitura municipal indica que 1.600 pessoas vivem em situação de rua (378  
353 são crianças e adolescentes e, deste público, 45 dormem na rua). Sobre a questão levantada por  
354 Dora, Itamar coloca que se o conselho pudesse incidir e tentar um abrigo para as famílias  
355 seria uma estratégia muito mais combativa ao vírus do que a oferta da refeição. O abrigo  
356 em espaço protegido para as famílias é o que, minimamente, pode trazer garantias, diz o  
357 conselheiro. Ele afirma compreender que é um custo enorme que demanda pessoal, refeição e  
358 manutenção do espaço. A vice-presidente lembra que existem duas casas de acolhimento que  
359 recebem famílias e que a questão é a disponibilidade destas famílias para um abrigo. Ela  
360 diz também que tem a casa que recebe mulheres com crianças em Campo Grande. A questão é  
361 que há limites num abrigo e que muitas famílias não querem ir para lá, lembra a mesma.  
362 A vice coloca que não sabe como anda a capacidade de acolhimento das casas. A conselheira  
363 Andréa Castro esclarece que na Educação está sendo feitas ações de atendimento ao estudante e  
364 no entorno das escolas. Ela diz que os gestores, que conhecem mais a comunidade, estão  
365 empenhados em fazer a abordagem mais pedagógica. Sobre a questão de fazer o acolhimento  
366 das crianças na instituição, Andréa afirma que teria que ser negociado com o secretário junto  
367 com a Secretaria de Direitos Humanos. O gestor ainda não tem autonomia para fazer a abertura  
368 das escolas para o acolhimento, informa a conselheira. A vice-presidente lembra que há uma





Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

369 necessidade de isolamento social e que o acolhimento, a partir de uma escola, vai ferir o que  
370 está posto como estratégia. A conselheira Dora afirma que o que está sendo posto é um pedido  
371 de solução para a prefeitura das pessoas que dormem na rua e não para as que vivem na rua.  
372 Dora lembra que seguem identificadas pela SDSJPSDDH, 45 crianças e adolescentes que  
373 dormem na rua. É preciso proteger as pessoas já que está chegando o período de chuvas e  
374 esgoto à céu aberto, diz a conselheira. A vice-presidente solicita que seja encaminhada resposta  
375 ao MP e que o COMDICA assuma o compromisso de fazer a solicitação à secretaria para a criação  
376 de um espaço de acolhimento. O conselheiro Itamar diz que o encaminhamento da comissão,  
377 com o auxílio do Grupo Ruas e Praças e Pequeno Nazareno, foi tentar fazer um melhor  
378 levantamento do número de crianças e adolescentes que dormem na rua, a partir da demanda da  
379 SDSJPSDDH, para pensar um local de abrigamento, garantindo a ampliação do quadro de  
380 educadores de rua para que os adolescentes não retornem à rua. A partir do que a técnica  
381 Angélica coloca, o conselheiro Paulo lembra que é necessário fazer uma conversa com a  
382 Secretaria de Comunicação da PCR para ampliar o processo de comunicação no âmbito  
383 comunitário. Ele exemplifica dizendo que o processo de comunicação com carro de som atende  
384 onde reside, mas que na Ilha do Juaneiro, próximo à sua residência, não passa nenhum tipo de  
385 comunicação. A comunicação de risco é fundamental para chegar na comunidade e, também,  
386 para não só adotar sempre a comunicação elitizada com os mesmos públicos que já tem acesso  
387 à informação, afirma Paulo. A conselheira Andréa Castro comunica que cada técnico do  
388 COMDICA ficará responsável por uma comissão. A técnica responsável pela Comissão  
389 Sociopedagógica é Ieda Accioly, o técnico responsável pela Comissão Jurídica é Anderson  
390 Ferreira, a técnica responsável pela Comissão de Políticas Públicas é Aurely Macedo e a  
391 técnica responsável pela Comissão do FMCA é Roberta Sartori, afirma Andréa. A conselheira  
392 afirma que o conselheiro Natuch colocou algo importante sobre o funcionamento do conselho  
393 tutelar e que é preciso deliberar sobre o assunto. A vice-presidente diz que colocou, há algum  
394 tempo, a necessidade de chamar os coordenadores dos conselhos tutelares para uma reunião. A  
395 proposta é que o COMDICA chame a todos para uma conversa sobre o funcionamento dos  
396 conselhos tutelares e saber como anda o atendimento durante a pandemia. A conselheira Dora  
397 diz que cabe ao COMDICA o monitoramento das ações dos conselhos tutelares e que é  
398 importante marcar a reunião para demarcar os papéis de cada um. É preciso fazer uma  
399 construção a partir do momento da pandemia, coloca a conselheira. O conselheiro Natuch  
400 afirma que para a reunião é possível solicitar um levantamento sobre o número de infectados  
401 pela Covid para ajustar o funcionamento dos conselhos tutelares. Ele acredita que é importante  
402 ainda chamar as duas promotorias para a reunião com as coordenações dos conselhos para  
403 deixar tudo mais amarrado. Natuch esclarece que as informações sobre o funcionamento dos  
404 conselhos tutelares estão muito soltas e que a população precisa do atendimento. Como  
405 comunicar se não existe a informação correta sobre o principal órgão de articulação do sistema,  
406 afirma Natuch. A reunião fica marcada para a terça-feira, 19, às 10h. **Informes Gerais** - Para  
407 registro, a executiva Simone esclarece que aconteceram as seguintes reuniões: Comissão  
408 Jurídica, nos dias 20/04 e 04/05; Comissão Sociopedagógica, nos dias 20/04 e 07/05; Comissão  
409 de Políticas Públicas, nos dias 05/05; Campanha do 18 de Maio, nos dias 07, 13, 24/04 e 05/05;  
410 Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos dias 24 e 26/04; as reuniões com a gestora da  
411 parceria aconteceram nos dias 28/04 e 05/05 e, por fim, as reuniões plenárias aconteceram nos  
412 dias 01, 14, 28/04. A técnica Roberta comunica que o grupo que está pensando o 18 de Maio –  
413 Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – está se  
414 reunindo desde o início do ano para pensar estratégias de ação. Devido à pandemia, o grupo



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

415 acordou que será realizada, no dia 20/05, uma *live* para discutir o assunto. A data foi escolhida  
416 devido as demandas nas redes sociais para o dia 18. A live será ao vivo para que as pessoas  
417 possam interagir, fazendo perguntas. A ideia inicial é realizar o debate através do Canal do  
418 *YouTube* do Instituto Solidare, por conta da plataforma de transmissão. Entre os participantes,  
419 a presidente da Comissão de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, vereadora Michele  
420 Collins, e uma promotora indicada pelo MP. A deputada Simone Santana, da Comissão da  
421 Criança e do Adolescente da ALEPE, foi contactada através de sua assessoria, mas não  
422 retornou. O conselheiro Evandro deverá mediar o debate de 1h, em média, e as técnicas  
423 Angélica e Roberta devem editar as perguntas a serem realizadas. Uma parte do material de  
424 divulgação está pronto e já pode ser disponibilizado. O pedido é que todo colegiado participe  
425 do debate que será rico e importante para o combate à violência sexual de crianças e  
426 adolescentes. Não tendo nada mais que por si só mereça registro, a vice-presidente agradece a  
427 participação de todas e de todos e encerra a reunião às 12h30.

428  
429 Recife, 12 de maio de 2020

430  
431  
432 **Ana Maria de Farias Lira**  
433 *Conselheira*

434  
435  
436 **Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha**  
437 *(Conselheira / Gabinete do Prefeito)*

438  
439  
440 **Núbia Carla de Azevedo Mesquita**  
441 *(Conselheira / Associação para a Restauração do Homem)*

442  
443  
444 **Paulo Germano de Frias**  
445 *(Conselheiro / Secretaria de Saúde)*

446  
447  
448 **Andréa Ricardo de Castro**  
449 *(Conselheiro / Secretaria de Educação)*

450  
451  
452  
453 **Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade**  
454 *(Conselheira / Centro de Integração Empresa Escola - CIEE)*

455  
456  
457 **Natuch Pinto de Lira**  
458 *(Conselheiro / CENDHEC)*

459  
460



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

- 461 \_\_\_\_\_  
462 ***Vesta Pires Magalhães Filha***  
463 *(Conselheira / Procuradoria Geral do Município)*  
464 \_\_\_\_\_  
465 \_\_\_\_\_  
466 ***Andréa Maia Guerra Coimbra Carvalho***  
467 *(Conselheira / Procuradoria Geral do Município)*  
468 \_\_\_\_\_  
469 \_\_\_\_\_  
470 ***Evandro Alves de Freitas***  
471 *(Conselheiro / Instituto Solidare)*  
472 \_\_\_\_\_  
473 \_\_\_\_\_  
474 ***Géssica Dias Lins de Oliveira***  
475 *(Conselheira / Instituto Solidare)*  
476 \_\_\_\_\_  
477 \_\_\_\_\_  
478 ***Bárbara Elias de Sousa Cabral***  
479 *(Conselheira / Escola Dom Bosco - Inspetoria Salesiana)*  
480 \_\_\_\_\_



COMDICA